



Com novo TRF, Minas Gerais espera reduzir congestionamento de processos

A instalação de uma sede do Tribunal Regional Federal em Minas Gerais pretende acabar com a demora na tramitação dos processos que envolvem a União. Atualmente as ações levam em média dez anos para serem julgadas e apresentam uma taxa de congestionamento de 40%. As informações são do *Estado de Minas*.

Casos que têm mineiros como parte são todos julgados no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, responsável por outros 12 estados e o Distrito Federal. Além do novo tribunal em Minas, serão implantados três nas capitais do Paraná, Bahia e Amazonas. O TRF mineiro será o da 7ª Região.

Estudo da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais (Ajufemg) revela um imenso gargalo entre a primeira instância, sediada nos estados, e a segunda instância, em Brasília. Desde 1989, a primeira instância, presente em 214 municípios, cresceu 470%. Até 2014 chegará a 273 cidades, o que representará um crescimento de 606%. Entre 1989 e 2010, a segunda instância continuou com os cinco tribunais e o número de desembargadores aumentou 89%, passando de 74 para 139.

O quadro é mais grave na 1ª Região, que engloba Minas Gerais. De acordo com relatório de inspeção conjunta feita pelo CNJ e Corregedoria-Geral da Justiça Federal, o atraso é endêmico, sendo normal que a tramitação dure até sete anos. Enquanto a taxa média de congestionamento de todos os TRFs é de 67,1%, a do TRF-1 é de 87,2%. Um dos estados mais prejudicados é Minas Gerais, onde a Justiça Federal é superada apenas pela dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, se considerado o volume de processos em tramitação.

De acordo com o relatório de atividades do TRF-1, as varas da seção mineira do tribunal receberam em 2011 cerca de 98 mil processos, enquanto a Bahia teve 45 mil, o Amazonas, 15 mil, Rondônia, 14 mil e Acre e Roraima, menos de 5 mil cada um.

Custos

O TRF-7, assim com os outros novos tribunais, custará pelo menos R\$ 90,7 milhões por ano, segundo estudo preliminar do Conselho da Justiça Federal. Cada um deles terá o mínimo de 15 novos desembargadores e um total de 703 funcionários. “Esse estudo é uma base, mas nada impede que o TRF de Minas seja maior”, afirma o juiz da 3ª Vara Federal, Ricardo Machado Rabelo, que é diretor da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais (Ajufemg).

O estudo foi feito a pedido do senador Sérgio Souza (PMDB-PR) e não inclui na projeção gastos com imóveis. Com pagamento de pessoal, o orçamento previsto é de R\$ 51,6 milhões. De acordo com o estudo, os valores estão de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois já existe previsão de verba. Rabelo avalia que a Justiça tem um aspecto humanitário e que não deve ser olhada apenas pela despesa que gera.



Sobre as críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, que enviou um ofício ao Congresso dizendo que a criação de novos tribunais não é necessariamente uma solução para o excesso de processos, Rabelo entende que o ministro está equivocado. “Não há nada melhor para um Judiciário simples do que ser descentralizado”, afirma Rabelo.

A emenda à Constituição foi aprovada na Câmara dos Deputados, em segundo turno, com 371 votos a favor, 54 votos contrários e seis abstenções. Segundo a proposta, além do tribunal mineiro, será criado o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que terá sede em Curitiba e jurisdição nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. O Tribunal Regional da 8ª Região terá sede em Salvador e jurisdição na Bahia, e o Tribunal Regional Federal da 9ª Região terá sede em Manaus e jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Date Created

06/04/2013